

SUMÁRIO

NOTA À 5. ^a EDIÇÃO	09
NOTA À 4. ^a EDIÇÃO	11
ABREVIATURAS	16
NOTA INTRODUTÓRIA	17
1. SENTENÇA	21
1.1 Noções gerais	21
1.2 Sentenças processuais típicas	38
1.2.1 Pressupostos processuais	38
1.2.2 Condições da ação	52
1.2.2.1 Possibilidade jurídica do pedido	52
1.2.2.2 Legitimidade	55
1.2.2.3 Interesse	58
1.2.2.4 Conclusão (condições de procedibilidade e notas conclusivas)	61
1.3 Sentenças processuais típicas e o art. 267 do CPC	64
1.4 Sentenças processuais atípicas e o art. 267 do CPC	71
1.4.1 Perempção da instância	71
1.4.2 Abandono da causa por mais de trinta dias	73
1.4.3 Perempção	74
1.4.4 Convenção arbitral (compromisso arbitral e cláusula compromissória)	80
1.4.5 Desistência da ação	87
1.4.6 Ação intransmissível	88
1.4.7 Confusão entre autor e réu	90
1.5 Sentenças de mérito	91
1.5.1 Natureza	92

1.5.2	Classificação (sentenças declaratórias, condenatórias, constitutivas, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais) ..	96
1.5.3	Elementos (relatório, fundamentação e decisório)	109
1.5.4	O art. 269, II, III e V – Reconhecimento jurídico do pedido, transação e renúncia ao direito	116
1.5.5	Prescrição e decadência	122
1.6	Outras sentenças	126
1.6.1	Sentença que extingue a execução	126
1.6.2	Sentença arbitral	136
1.6.3	Acordos extrajudiciais homologados	137
2.	NULIDADES PROCESSUAIS	139
2.1	Validade e eficácia – Breve esclarecimento terminológico	139
2.2	Noções propedêuticas sobre nulidades processuais – Principais diferenças em relação ao sistema de nulidades do direito privado	146
2.2.1	Princípios gerais inspiradores do sistema de nulidades no processo	166
2.2.2	O sistema de nulidades como forma de controle	189
2.2.3	Espécies de vícios do processo	197
2.2.4	Atos inexistentes no processo – Meios de impugnação – O problema da “rescindibilidade”	204
2.2.5	O direito positivo brasileiro – As nulidades absolutas e relativas no CPC	212
2.2.6	Regime jurídico das nulidades absolutas e relativas (Âmbito de devolutividade da apelação – Efeito translativo – Inocorrência de preclusão relativamente às nulidades absolutas)	232
2.2.6.1	Função dos princípios, no plano pragmático	247
2.2.6.2	As nulidades absolutas e os recursos de efeito devolutivo restrito	267

3. SENTENÇAS NULAS – TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO	289
3.1 Noções gerais	289
3.1.1 Vícios intrínsecos (da sentença em si mesma) – Ausência (ou defeito) de relatório, de fundamentação, de decisório – Extensão do decisório – Sentenças <i>extra</i> e <i>ultra petita</i> – Embargos do devedor e execução de pré-exceção de pré-executividade	305
3.1.2 Vícios extrínsecos (do processo em que foi proferida) – A falta de pressupostos genéricos de admissibilidade do julgamento de mérito – Ausência de citação – Citação de pessoa falecida (ou extinta) – Teoria da aparência ...	350
3.1.3 Sentenças nulas, ação rescisória, tutela antecipatória e mandado de segurança – Mandado de segurança contra coisa julgada – Tutela antecipada em ação rescisória – Termo inicial do prazo para ação rescisória – Comentários aos incisos do art. 485 – Ação rescisória e ação declaratória de inconstitucionalidade – Ação rescisória e ação declaratória de constitucionalidade – A Súmula 343 – Dimensões reais do efeito vinculante das ações declaratórias de inconstitucionalidade e das ações declaratórias de constitucionalidade – O princípio da sanatória geral da coisa julgada	378
3.1.4 Sentenças inexistentes (vícios intrínsecos e processos inexistentes) – Ação declaratória de inexistência	498
NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO	547
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA	559
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO E DAS SÚMULAS CITADAS	581
ÍNDICE ONOMÁSTICO	591
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	605
LIVROS DA COLEÇÃO	623